

Pecuarista questiona área indígena de MS

BRASÍLIA — A primeira ação contra a demarcação de área indígena, com base no decreto assinado esta semana pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, foi protocolada ontem, no Palácio do Planalto, pelos advogados da agropecuária Sattin, de Mato Grosso do Sul.

A reserva questionada é a de Sete Cerros, de 2.349 hectares, demarcada pela Funai e homologada em 1990. Sete Cerros está entre as áreas do estado onde têm ocorrido diversos casos de suicídio de índios, envolvendo principalmente adolescentes.

Habitat — Os antigos proprietários da área — onde vivem caiuás e nandevás — alegam que os índios só foram levados para a reserva, depois de publicada a portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai), que reconheceu a área como indígena. “Antes, não existiam índios em Sete Cerros”, garante o advogado da Sattin, José Goulart Quirino.

A Funai rebate a denúncia, alegando que Sete Cerros “é o habitat tradicional” desses grupos, que foram desalojados por

fazendeiros. Segundo a fundação, a demarcação administrativa restabeleceu um direito histórico dos índios. A Sattin contesta, garantindo que há mais de 60 anos o domínio e a posse da área estão nas mãos de particulares.

A área de Sete Cerros já foi palco de diversos conflitos entre índios e fazendeiros. E ainda não foi registrada, porque a demarcação administrativa está sendo questionada pela Sattin no Supremo Tribunal Federal (STF). Na mesma situação, estão Cerrito, Gasuti, Jaguapiré, Jarara, Taquuarati, Sucuri, Água Limpa e Panambizinho. Esta última, aliás, foi visitada, em outubro, pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, que assegurou que o governo vai garantir as terras dos índios, apesar das pressões de fazendeiros.

Os pedidos de revisão das demarcações — que podem ser feitos em até 90 dias — serão analisados pelo Ministério da Justiça. Os donos da Sattin optaram por protocolar a documentação no Palácio do Planalto, alegando que a homologação é um ato do presidente da República.